



# RESENHAS



**Slezkine, Yuri. "The House  
of Government".**

Nova Jersey:  
Princeton University Press, 2017.

**Por Kevin Murphy<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Professor de História Russa na Universidade de Massachusetts (Estados Unidos). Tradução de Daniela Mussi.

**S**eria razoável esperar que uma saga da Revolução Russa, de mil páginas, escrita por um dos mais talentosos e provocativos historiadores russos instigaria o interesse dos socialistas ao redor do mundo. Contudo, dada a influência da universidade norte-americana e sua capacidade de produzir uma quantidade infinita de trabalhos anticomunistas sobre a Revolução Russa – a reviravolta social mais importante da história mundial – a falta de engajamento sério da esquerda com estes estudos é até compreensível.

Conheci Yuri Slezkine em 2000, no Arquivo do Partido Comunista em Moscou, onde ele graciosamente comparou seu estudo a respeito da Casa do Governo, conjunto habitacional construída no final dos anos 1920 onde residiu a elite soviética, ao meu trabalho sobre a fábrica *Foice e Martelo* – com a diferença crucial que o seu trabalho era de história social da elite e não dos trabalhadores (cf. MURPHY, 2005). Slezkine sabia das dificuldades que enfrentava: é sabido que as coleções arquivistas soviéticas foram organizadas por espaço de trabalho e não por comunidade. Será que seu ambicioso projeto seria sequer factível?

Quando o premiado livro de Slezkine, *The Jewish Century*, foi publicado em 2004, eu achava que a resposta era *não* e que o

projeto anterior havia sido abandonado. Contudo, *The House of Government, A Saga of the Russian Revolution* (SLEZKINE, 2017) foi finalmente publicado, no centenário da Revolução Russa. Uma leitura rápida em suas copiosas notas finais realizadas a partir de dezessete arquivos revela a solução que Slezkine encontrou para seu desafio metodológico: ela representa o ponto culminante de vinte anos de uma pesquisa espetacular, incluindo dezenas de longas entrevistas realizadas nos anos 1990 com residentes do conjunto habitacional ainda vivos. A publicação deste livro reúne meia vida de trabalho acadêmico e em arquivo, e merece atenção específica dos historiadores críticos.

Por volta de 1935, a Casa do Governo em Moscou contava com 2655 inquilinos – majoritariamente familiares de funcionários do Estado e Partido. “Era o quintal da vanguarda; uma fortaleza protegida por portões de metal e guardas armados; um dormitório onde funcionários estatais viviam como maridos, esposas, pais e mães, vizinhos; o lugar que os revolucionários chamavam por lar e onde a revolução morreu”.

Duas das três “tensões” temáticas do livro de Slezkine são verdadeiramente instigantes. A primeira são as histórias familiares de muitos residentes, conhecidos e desconhecidos. A capacidade de reunir o relato emocionante – frequentemente trágico – de tantas vidas dos residentes é o centro do trabalho. Além disso, existe a exploração que o autor realiza dos fundamentos literários da visão de mundo bolchevique. “Para os velhos bolcheviques, ler os ‘tesouros da literatura mundial’ era uma parte crucial da conversão de experiências, dos rituais amorosos, das “universidades” da prisão e da domesticidade da Casa de Governo”. Temas literários voltados para a terceira tensão – as referências bíblicas – são bastante repetitivas e não convencem. Esta terceira tensão analítica é problemática, a identificação que Slezkine faz dos bolcheviques como milenaristas sectários. Esta não é uma proposição nova, esteve presente na literatura da Guerra Fria e mesmo antes. Durante as Jornadas de Julho, em 1917, Nikolai Berdiaev sugeriu em seu *Religious Fou-*

*ndations of Bolchevism* que os bolcheviques desejavam “transformar pedras em pão, mergulhar de cabeça no abismo revolucionário na esperança de um milagre revolucionário e fundar um reino eterno na terra, substituindo o reino de Deus”.

Se a afirmação dos bolcheviques como milenaristas sectários pode ganhar aplausos do público anticomunista, ela tem o risco de afastar os leitores mais críticos, o que seria um desperdício já que o livro é muito mais do que isso. É difícil compreender por que nenhum pesquisador experiente entre as dúzias que leram o manuscrito não considerou prudente alertar Slezkine a respeito de escorregadas óbvias no enquadramento conceitual do trabalho. Sua decisão bizarra de adotar o paradigma da historiografia do Escritório de Serviços Estratégicos (OSS) no momento em que o pós-modernismo perde força nos estudos soviéticos revela a extensão da pasmaceira intelectual que ainda afeta o campo.

Muitos dos nomes proeminentes entre os residentes da Casa são familiares aos estudiosos da Revolução Russa: Nikita Khrushchev, Primeiro Secretário do Comitê do Partido em Moscou e, posteriormente, Primeiro Secretário do Partido Comunista; Aleksandr Voronsky, escritor de ficção, membro da Oposição Unificada e editor do jornal literário *Red Virgin Soil*; Valerian Osinsky, líder da Oposição Democrática Centralista e presidente do Conselho Supremo da Economia Nacional; Maria Shaburova, dirigente da Seção das Mulheres, editora do *Rabotnitsa* (Trabalhadora) e Comissária do Povo para o Bem-Estar Social da República Russa; Karl Radek, presidente do Comintern; da Oposição de Esquerda e Oposição Unificada; Nikolai Podvoisky, presidente do Comitê Militar Revolucionário, que comandou o assalto ao Palácio de Inverno; Ivar Smilga, Comissário Revolucionário do Front Ocidental, Líder de bancada do Comitê Estatal de Planificação, da Oposição de Esquerda e Oposição Unificada.

Alguma das histórias de família são de pessoas que “não reconhecemos”, mas suas vidas são tão interessantes que o lei-

tor começa a achar que cada uma mereceria um livro. Slezkine é mestre em contar histórias, em uma narrativa na qual, em determinados momentos, abruptamente somos lembrados da época perigosa em que os residentes da Casa viviam. Tal é o caso de Fedor Fedotov, Roza Marcus e de seu filho Lyova, “cronista, escritor, músico” e artista.

Fedotov nasceu em uma família camponesa em 1887, juntou-se a um círculo socialista ainda jovem e passou um tempo na prisão por distribuir panfletos. Por volta de 1914, emigrou aos Estados Unidos onde conheceu sua futura esposa, Rosa Markus, e ingressou na seção Bolchevique de Nova Iorque. Entre 1915-1916, tornou-se presidente do sindicato dos estivadores e organizador do Partido Comunista; foi preso um pouco depois – durante as diligências para prender ativistas de esquerda coordenadas pelo procurador A. Mitchell Palmer, que deu nome à operação – e sentenciado a dez anos de prisão. Em sua cela, de acordo com Roza, “havia apenas um tênue fio de luz de sol vindo de cima. Ele costumava seguir o fio com o livro nas mãos para ler.” Fedotov escapou da Prisão Trenton um ano depois, e voltou com Roza para a Rússia. Nos anos 1920 e 1930, ele serviu nos partidos comunistas em Alma-Ata, Tashkent na República do Quirguistão, e escreveu livros de ficção e infantis.

Depois de sua morte devido a um acidente de caça, Roza se mudou para a Casa do Governo e sua “ampla, próxima, móvel e ascendente” família judaica proveu Lyova “de professores e amigos, bem como de um elo vital entre o Apt. 262 e a história mundial, a descoberta e o socialismo”. Roza trabalhou como figurinista no Teatro da Juventude de Moscou, mas o orgulho de sua vida foi seu filho Lyova:

“Eu nunca o vi apenas sentado fazendo nada. Quando se sentava, Lyova lia. Seu pai era assim também. Você não poderia dizer que se tratava de uma escrivinha de criança. Era a mesa de... um tipo de professor. Havia sempre muitos livros... e cada livro tinha uma anotação. Ele se sentava e escrevia. Ele tinha um herbário.”



Seu amigo de infância, Yuri Trifonov, descreveu Lyova:

“Desde pequeno ele se esforçava apaixonadamente e ansiosamente para ser melhor de todas as maneiras possíveis, devorando rapidamente todas as ciências, artes, livros, música e todo o mundo – como se tivesse medo de não ter tempo suficiente. Aos doze anos, ele parecia viver com o sentimento de ter pouco tempo e muita coisa para realizar. Ele se interessava por muitas ciências, especialmente mineralogia, paleontologia e oceanografia; desenhava muito bem – suas aquarelas eram exibidas em exposições de arte e publicadas na revista *Jovem Pioneiro*; amava música clássica e escrevia romances em cadernos grossos, encadernados com tecido.”

A guerra de Stálin contra os camponeses – com a coletivização forçada e a fome daí resultante – é descrita no *Cazaquistão* do ponto de vista do tour de inspeção feito por Sergei Mironov na região junto de sua companheira, Agnessa Argiropulo. Eles continuaram a viver um estilo de vida luxuoso entre as autoridades, embora Argiropulo tenha notado que “por alguma razão, Mirosha está se tornando mais sombrio e mais retraído a cada dia, e eu nem sempre consigo tirá-lo dessa condição”. Na visita à cidade fantasma de Karanga, Mironov havia se deparado com canibalismo, uma criança órfã que comera seu irmão de dois anos – “cortando pedaços para comer e alimentando sua irmã até não sobrar mais nada”.

Mironov estava “muito irritado”, notou Argiropulo, mas “tentava não pensar nessas coisas e afastá-las de si. Ele sempre acreditou que tudo o que o partido fazia era correto, era muito leal.” Em Petropavlovsk, participou de um banquete para comer um porco suculento junto aos burocratas partidários locais no qual “vários criados, lacaios e lambe-botas serviam todos os tipos imagináveis de comidas – até mesmo laranjas. Nem sequer remeto aos diferentes tipos de sorvetes e uvas”. Mesmo na relativamente privilegiada Moscou, a forma alcançou a Casa do Governo, e muitos residentes convidavam familiares para viver consigo. A maior parte dos residentes chegados de áreas rurais

possuía parentes que haviam passado fome, e muitas das faxineiras da Casa eram refugiadas dos processos de coletivização. Em 1933, próximo à Grande Ponte de Pedra, mendigos eram “adultos e crianças que pareciam pequenos esqueletos com suas mãos esticadas”. Apesar da segurança da Casa do Governo ser restritiva, ainda em 1935 era possível ver “crianças esqueléticas perto dos edifícios, passando por entre as grades de metal e cercas, escondidas entre as colunas, mendigando por comida”.

Crianças da classe trabalhadora que viviam perto dos dormitórios, quartéis e cortiços ficavam “impressionadas com a riqueza com a qual se deparavam” na Casa do Governo. Ocasionalmente as garotas da casa visitavam seus colegas fora da comunidade protegida, “chocavam com a miséria que encontravam e não desejavam não voltar mais ali”, enquanto os garotos “corriam o risco de serem pegos de surpresa e apanhar” quando voltavam da escola para a casa.

Durante a construção, entre 1928 e 1931, trabalhadores temporários das regiões rurais que trabalhavam na edificação da Casa do Governo viviam em tendas sem aquecimento e saneamento compartilhadas entre várias pessoas, trabalhavam dez horas por dia e comiam “comida estragada com vermes”. Já em 1928, a direção local do partido notou que o principal desconforto político entre os trabalhadores era um “igualitarismo vulgar no que diz respeito às relações entre cidade e campo”, ao mesmo tempo em que centenas de trabalhadores abandonavam a construção sem trabalhar um dia sequer.

Durante a fome, os residentes da casa passavam férias na Riviera Branca onde “a qualquer hora do dia ou da noite um empregado poderia ser enviado para conseguir comida quente”. Em 1933, os convidados da *nomenklatura* provaram caviar, peixe defumado, presunto, salsicha, carne, pão branco, pão preto, entre outras iguarias. Na Casa do Governo, os residentes compravam em lojas alimentícias exclusivas, tinham empregadas, babás e motoristas. A maior parte das mulheres, de acordo com a sobrinha de Stálin, Kira, vestiam roupas feitas por enco-

menda – “não apenas vestidos e ternos, como também sobretudo e casacos de pele”.

O estilo de vida extravagante de alguns dos moradores da Casa do Governo não parecia tão chocante como sua propensão à violência que, de acordo com Slezkine, está presente de maneira proeminente no marxismo como “movimento apocalíptico”. “Violência geralmente produz uma boa orientação teórica. Todos os bolcheviques a viam como parte da Revolução, e ninguém poderia negá-la por princípio.” Slezkine não consegue explicar por que os eventos de outubro foram tão violentos em Moscou e quase sem sangue em Petrogrado ou por que durante “os anos 1920 a intensidade da violência diminuiu.” Mas Slezkine dificilmente é o único nesta apresentação seletiva da violência. Um quarto de século depois de David Foglesong (1995) detalhar o financiamento massivo e secreto dos Estados Unidos de alguns dos sujeitos mais violentos e antissemitas do século XXI, os socialistas ainda podem esperar o dia em que um desses grandes especialistas falarão das intenções dos Estados Unidos em estabelecer “ditaduras militares” favoráveis aos seus interesses.

Slezkine reúne uma base sólida de informações a respeito da violência sob o Terror, mas sua maior contribuição é a história intrincadamente tecida de histórias humanas destruídas. Por mais estranho que possa parecer hoje, há poucas décadas os argumentos dos “revisionistas” – apologistas de Stálin – eram levados a sério. Enquanto os guerreiros ocidentais da Guerra Fria adicionavam dígitos aos números de mortes, os revisionistas respondiam por meio de tentativas de minimizar a escala da repressão e o papel de Stálin nos assassinatos em massa.

Ao todo, entre 1936 e 1939, por volta de 800 residentes da Casa do Governo foram presos e 344 executados. Slezkine complementa o que já é bastante conhecido a respeito do escopo e natureza do Terror com numerosas histórias pessoais das vítimas, executores e, às vezes, ambos ao mesmo tempo. A polícia secreta (NKVD) realizava prisões *a priori* para preencher

cotas e organizava listas de acusados, incluindo 335 listas pessoalmente assinadas por Stálin. Privação do sono, interrogatórios que duravam dias inteiros e espancamentos eram usados para forçar “confissões”, muitas das quais editadas por Stálin. Em agosto de 1937, o chefe da NKVD, Ezhov, expediu a Ordem n. 00486 que ordenada a busca e prisão das “esposas dos traidores da pátria mãe” e “seus filhos maiores de quinze anos socialmente perigosos e capazes de engajamento em atividades antissoviéticas”.

Slezkine oferece uma explicação convincente para a dinâmica cada vez mais extensa do Terror. Quando Bukharin respondeu às acusações apontando as inconsistências de seus acusadores, foi comunicado de que seu “comportamento advocatício” era irrelevante. Seus juízes disseram que sua culpa estava dada e que seu único trabalho era confessar e se arrepender, não argumentar. O que importava, comenta Slezkine, não era se os traidores fizessem determinadas coisas ou não; o que importava era que eles haviam traído o Partido e poderiam fazê-lo novamente. Todos, com exceção de Stálin, haviam pecado contra o Partido em algum momento, por meio de pensamentos ou ações, e deveriam ser responsabilizados por atividade terrorista criminosa. Slezkine mostra que muitos dos envolvidos nestas terríveis operações acreditavam em sua retórica, achavam que estavam realmente “desmascarando os inimigos do povo”.

Em seu pensamento, diz Slezkine, não havia espaço para erros, acidentes, desastres naturais – todo fracasso era resultado de sabotagem deliberada. Contudo, ele está errado ao sugerir que o combate aos sabotadores, espiões e vândalos tenha começado a ganhar força apenas em abril de 1937. Na fábrica *Foice e Martelo*, engenheiros, opositores e os supostos “kulaks” já existiam desde o primeiro plano quinquenal. A repressão atinge seu apogeu em 1937, mas os processos que se valiam dos bodes expiatórios que Slezkine descreve estavam intrinsecamente relacionados ao processo de industrialização rápida e

às tentativas brutais de remediar os problemas estruturais inerentes a ele.

Entre as muitas vítimas do Terror havia Tania Miakova e sua família. Miakova, então com vinte anos, se juntara aos bolcheviques na Ucrânia durante a Revolução de 1917; se formou na Universidade Comunista Sverdlov, em Moscou, casou-se com Michael Poloz – chefe do Planejamento Ucrâniano – e teve uma filha, Rada, em 1924. Em 1927 passou a fazer parte da oposição e passou a década seguinte no exílio, prisão e campos de trabalho forçado, inclusive no infame Gulag de Kolyma na região nordeste da Sibéria. Em Astrakhan, ela juntou dinheiro para muitos exilados desempregados, organizou reuniões da oposição e distribuiu panfletos acusando a liderança do Partido de trair a classe trabalhadora. Como muitos trotskistas, Tania tornou-se obcecada pela industrialização, “geralmente tudo o que eu preciso são o plano de cinco anos e sandálias tamanho 37”. Depois do encontro com seu marido no Cazaquistão, Tania terminou por assinar uma carta de retratação – não se sabe se por medo pela segurança de sua família ou se pelo Partido não estar mais apaziguando o conflito com oficiais da NEP e *kulaks*.

Depois de sua soltura, Tania, Poloz e sua filha se mudaram para a Casa do Governo, mas ela foi detida novamente em 1931 por encontrar-se com ex-oposicionistas e, de acordo com a polícia secreta, por expressar preocupações a respeito da coletivização do trabalho. Slezkine recupera longamente as emocionantes cartas que Tania escreveu para a filha, marido e mãe nas quais procura se manter otimista, oferecer orientação para a educação da filha à distância e provar sua lealdade ao regime – completamente ciente da vigilância sob a qual se encontrava. Ao final, Tania é traída por sua companheira de quarto em Kolyma por ser uma “trotskista não reformada” e é executada por “manter contato regular com trotskistas convictos”. Poloz também é executado e uma das acusações é a de “manter correspondência com sua esposa, uma trotskista”. Rada trabalharia como enfermeira durante a II Guerra e seria presa durante

o cerco de 1949 contra “familiares dos traidores da pátria mãe”.

Os responsáveis pelo combate aos sabotadores tiveram, por vezes, sua sanidade questionada. O chefe de Effim Shchadenko expressou suas preocupações de que “a qualquer momento” ele poderia “sucumbir sob um acesso de loucura delirante”. Enviado a Kiev em julho de 1937 para “liquidar os efeitos das sabotagens”, Shchadenko declarou a um camarada do período da Guerra Civil que “eu como sempre, sou impiedoso com o inimigo, atacando pela direita e pela esquerda, aniquilando-o e seus atos vis”. Sua esposa, Maria Denisova (retratada no poema épico de Maiakovski, *Nuvem de calças*), fazia sua própria busca por inimigos do povo na Casa do Governo, usando apenas camisola e por vez carregando uma pistola ou faca para avançar sobre os vizinhos”, ameaçando-os “com palavras completamente sem sentido”.

A incursão extensa e habilidosa de Slezkine na ficção contemporânea permite a textura de profundidade de cada época da casa. A literatura da NEP, diz Slezkine, “retém a memória e a esperança dos últimos dias, mas havia mais, mais do que tudo essa era a literatura do grande desapontamento”. Os bolcheviques contaram o tempo sagrado em anos e assumiram, como o profeta Paulo, “que o mundo em sua forma presente está acabando”. Citando favoravelmente o economista Lev Kritsman (apartamento 186) em seu *The Heroic Period of Russian Revolution* (1924) a função da NEP era preparar para a “batalha mundial histórica que se aproxima entre capital e proletariado”, fomentar a revolução mundial fora da URSS e educar internamente os beneficiados por ela.

Ainda que muitos autores e alguns dos líderes partidários pensassem assim, ao menos entre os mais significativos no interior do Politburo, Slezkine aposta no sentido inverso. Depois de sete anos de guerra, guerra civil e revoluções europeias fracassadas, o socialismo em um só país de Stálin era assimilado pelas seções mais conservadoras do Partido em nome da estabilidade contra o aventureirismo de Trotsky, descrito como o



Dom Quixote do comunismo. Já em 1924, durante a campanha maliciosa contra Trotsky, Stálin deletara sua própria referência anterior à revolução internacional como um pré-requisito para o socialismo em *Foundations of Leninism*.

Slezkine apresenta um conhecimento surpreendentemente desinformado a respeito das regras bolcheviques e sobre como foram mudando sob Stálin. Ele afirma que “era tradição do Partido ‘proibir a defesa de certas visões’; que a única maneira para um opositor permanecer no Partido seria ‘revendo as visões’ proibidas”. Na verdade, quando Zinoviev exigiu a re-tratação de Trotsky no 13º Congresso do Partido, em maio de 1924, essa foi a primeira vez que esse tipo de postura foi exigido e Krupskaya – que não apoiava a oposição – se opôs a essa “demanda psicologicamente impossível”.

Se, por um lado, Slezkine é capaz de identificar a profunda contradição entre os estilos de vida suntuosos, o poder e os privilégios dos residentes da Casa do Governo e a “construção do socialismo”, é uma pena que escolha enquadrar sua narrativa nos paradigmas antiquados e simplistas associados à equivalência entre stalinismo e socialismo.

Séquitos necessitam de líderes imbatíveis e “Lenin era tanto a criatura como a garantia da unidade dos que pensavam igual”. Durante a NEP, enquanto o “novo regime se conteve para esperar”, a sua mais importante tarefa era “disciplinar os fiéis”. E, como “Bukharin lembrou, o Partido em 1922, logo depois da introdução da NEP e do banimento das ‘facções’ internas, ‘unidade da vontade’ sempre foi a chave para o bolchevismo”. Já em 1924, “quando o partido adquiria força antes da batalha final, o desafio era primordial”.

Como Stephen Cohen (1985) argumentou, o bolchevismo era, na verdade, “um movimento político diferente – ideologicamente, programaticamente, em termos geracionais” e “muito mais amplo e diverso que Lenin era o próprio leninismo”. Apesar disso, o enquadramento da história soviética com “ausência de diferenças significativas ou descontinuidades entre bolche-

vismo e stalinismo” tornou-se a missão acadêmica dominante, bem como o uso intercambiável entre esses dois termos e “leninismo” como se fossem “o mesmo, politicamente e ideologicamente”. A história bolchevique antes de 1929 é tratada como mera precursora ao inevitável, “antessala do stalinismo”. Os argumentos de Cohen contra a “tese da continuidade” da Guerra Fria são de 1984, mais de vinte anos antes de Slezkine começar a pesquisa do livro.

Em sua caricatura da história bolchevique, Slezkine falha em mencionar as diferenças por vezes profundas entre os bolcheviques em diversos assuntos importantes. Desconsiderar a análise das diferenças pode ajudar a evidenciar a uniformidade do partido, mas não deixa de ser uma operação descuidada e irresponsável. Os adversários bolcheviques de Lenin em abril de 1917 (e depois) são frequentemente omitidos, bem como suas posições. Os mencheviques estavam presentes na agressiva reunião de Krzesinska em 4 de abril. Três dias antes Stálin e Kamenev aceitaram a oferta de discussões unitárias feitas por Tsereteli com acordo a respeito do apoio ao Governo Provisório e a continuidade dos esforços de guerra. Três meses depois, Tsereteli assumiria pessoal a responsabilidade de solicitar o mandado de prisão contra Lenin.

Em seu estudo seminal sobre o bolchevismo em 1917, Alexander Rabinowitch (1976) mostrou que “o caráter democrático, tolerante e descentralizado da estrutura partidária e do método de operação, bem como seu caráter aberto e massivo, em contraste com o modelo leninista tradicional”. Há mais de um século, Roy Medvedev evidenciou que as facções bolcheviques, tais como os Comunistas de Esquerda, os Centralistas Democráticos e a Oposição dos Trabalhadores, elegeram delegados para os Congressos com plataformas programáticas próprias, que em 1921 o banimento das facções foi uma medida *temporária* durante a crise do início do ano. Apesar da falsificação dos resultados pelos representantes stalinistas, sabemos hoje que em 1923 a Oposição de Esquerda obteve a maioria entre



os partidários de Moscou. Certamente Slezkine sabe de tudo isso, ou deveria.

Slezkine evita enfrentar um problema muito mais amplo em sua tentativa simplista de conectar os pontos. Nada dos arquivos da antiga URSS revelados nas últimas décadas contribuiu para provar que Stálin dispusesse de um grande plano de coletivização e industrialização preparado para ser lançado quando “a espera” terminasse e o momento fosse favorável.

Stálin, na verdade, era um fervoroso defensor da NEP. Foi apenas durante a crise profunda da fase mais tardia da NEP, como mostra Michal Reiman, que o estrato dominante “segregou-se do povo e passou a atuar de maneira hostil a ele” com vistas a implementar “soluções extremistas”. Quando a ampla e violenta política de coletivização foi iniciada em 7 de novembro de 1929, Slezkine afirma (sem comprovar) que estava já estava “prevista (contida) em Marx, Engels e Lenin”. Aqui, contra Slezkine seria possível simplesmente retomar os elogios de Preobrazhensky para Stálin em 1934: “Você sabe que sequer Marx ou Engels, os quais escreveram muito sobre a questão do socialismo no campo, sabiam as especificidades que a transformação rural assumiria”.

Slezkine também recupera a análise de Trotsky a respeito do stalinismo, citando sua declaração de 1928 de que a ação de Stálin contra Bukharin era “indiscutivelmente, uma tentativa de alcançar nossa posição” e, em seguida, declara que Trotsky em seguida teria afirmado que o socialismo “finalmente está sendo construído”, mas “que não poderia juntar-se às suas fileiras”. Na verdade, a análise – problemática – de Trotsky era do stalinismo como “bonapartismo”, ou seja, oscilante desse entre os interesses da classe trabalhadora e aqueles da pequena burguesia, e seguiria sendo assim.

Por vezes os leitores podem começar a se perguntar se estão com o livro errado nas mãos. Nele, tanto bolcheviques como nazistas supostamente seguiram Marx, “mas Hitler não sabia (e os bolcheviques não sabiam de Hitler e não costumavam ler

a *Contribuição à crítica da filosofia de Hegel* ou a *Questão Judaica* de Marx.

Apesar destes problemas graves, como estudo prosopográfico da conversão de uma parte significativa do aparato do partido em uma nova classe dominante, *The House of Government* preenche um grande buraco na história do stalinismo, mesmo se seu autor não vê as coisas nestes termos. Infelizmente, o argumento elitista dos “bolcheviques como facção milenarista” obscurece ao invés de esclarecer esse processo. Ao longo dos anos 1920, uma seção significativa de seus membros assumiu a causa e condição da classe trabalhadora e camponesa de maneira séria e seus dirigentes expressaram isso e de muitas e amplas maneiras. Slezkine gostaria que pensássemos diferente a esse respeito.

Durante os anos 1920, residentes de muitos prédios das Casas do Sovietes assumiram estilos de vida privilegiados, mas também trabalhavam longas horas a ponto de exaustão. Em 1927, por volta de 65% os líderes soviéticos na Casa de Repouso Lenin reclamavam de algum tipo de complicação emocional. Quando eles começaram a se mudar para a Casa do Governo, em 1931, Slezkine leva em conta esse sentimento de dedicação e autoconsideração coletiva dos “chefes construtores do novo mundo”.

O que é particularmente impressionante é o quão distantes esses novos governantes estavam de sua concepção anterior a respeito do papel emancipador da classe trabalhadora, substituído por sua própria atuação com força da mudança. Ao celebrar a repressão nas regiões rurais no “Congresso dos Vencedores”, em 1934, Preobrazhensky reverenciou a “liderança do camarada Stálin” em alcançar “as maiores transformações da história do mundo”. Nos anos 1930, poucos residentes da Casa faziam referência à classe trabalhadora ou ao proletariado e, quando isso acontecia, era sempre de maneira retórica. Menos frequente ainda era a tentativa, mesmo privada, de compatibilizar o socialismo de caserna com o marxismo. Slezkine re-

conhece essa contradição, mas oferece agulhadas irônicas ao invés de se aprofundar na “industrialização que se apoiava no trabalho forçado tanto quanto em seus ‘genuínos entusiastas’”.

Esse é o aspecto analítico mais frustrante do estudo de Slezkine. É possível perceber em diversos momentos, de relance, o caráter dos residentes da Casa como governantes, bem como a mudança de sua concepção a respeito do marxismo. Uma concepção que evolui do socialismo emancipatório de 1917 para uma versão mais distorcida e paternalista nos anos 1920 depois dos bolcheviques substituírem o governo da classe trabalhadora pelo seu próprio. Nos anos 1930, o stalinismo representou uma ruptura completa em relação ao marxismo quando a produtividade se tornou um mantra onipresente, combinado com o silêncio e complacência de trabalhadores e camponeses. Ao invés de analisar essa mudança, Slezkine se sente compelido a afirmar a continuidade – mesmo sabendo que a história soviética, desde o início, é repleta de discontinuidades, em particular quando se trata da substituição promovida pelos “chefes construtores” ao assumir o lugar de “agência transformadora” da classe trabalhadora.

Mesmo que existam dúvidas, ambivalências e visões divergentes a respeito do que pensavam estes “chefes construtores”, é inegável que o *ethos* produtivista do stalinismo atravessava sua visão de mundo. A maioria dos bolcheviques, “ortodoxos e não ortodoxos, acreditava que o socialismo estava sendo construído e que o final estava próximo”. Slezkine é convincente ao dar suporte a essa *perspectiva de consenso* entre os residentes da Casa ao descrever suas ações e comentários, ainda que ele não realize o mesmo quando se trata da classe trabalhadora nas fábricas. Por vezes, Slezkine parece esquecer o objeto do seu estudo – de fato, os historiadores revisionistas nunca conseguiram encontrar as abelhas operárias felizes stalinistas que supunham encontrar.

O compromisso dos residentes da Casa do Governo com o projeto stalinista e com sua própria função social foi decisi-

vo no processo. Como o crítico literário Aleksandr Voronsky afirmou, “a determinação do que era bom para a construção do socialismo era tarefa da liderança do partido”. A industrialização acelerada foi determinada como boa e ninguém poderia se opor. O crucial, afirmado por Stálin aos administradores industriais em 1931 e citado de maneira textual muitas vezes, era diminuir cinquenta ou mesmo cem anos de atraso econômico em relação aos países avançados em uma década, “ou seremos destruídos”.

O custo dessa industrialização frenética foi o “tributo” dos camponeses no interior, apontado por Slezkine, mas também dos trabalhadores das cidades, o que não é mencionado. A implementação dessas políticas exigiu uma ampla máquina estatal coercitiva e fiel, comprometida com o processo draconiano de acumulação primitiva. “Classes são grupos”, argumentou Lenin, “os quais podem se apropriar do trabalho alheio devido à diferença de sua posição em um sistema econômico dado”. Sob esta perspectiva, *A Casa do Governo* é um estudo fascinante dos governantes stalinistas e de seu projeto.

O livro é o mais contraditório estudo sobre a Revolução Russa já publicado. Brillhante, cativante, de dar aperto no coração. Sob muitos aspectos é história social da melhor qualidade. Muitos dos críticos acadêmicos de Slezkine autores de trabalhos empoeirados devem ser lembrados de que não existe nada comparável publicado nos últimos 50 anos e provavelmente não será superado tão cedo. Yuri Slezkine deve ser elogiado por ter dedicado tantos anos de sua vida para produção deste livro incontornável para todos os estudiosos sérios da Revolução Russa.

Isso não nos impede de sermos rigorosos com suas falhas. Conceitualmente, *A Casa do Governo* é uma completa confusão que torna esta grande obra épica uma história previsível, contada tantas vezes antes e que projeta um argumento de continuidade repleto de erros factuais e omissões. Leitores atentos, capazes de perceber as análises exasperantes e tratar o ruído indesejado de fundo, vão gostar da viagem.

## Referências bibliográficas

BERDYAEV, Nikolai. Religioznye osnovy bol'shevizma. *Russkaya svoboda*, Petrograd-Moskva, 8 ago, n. 16/17, 1917.

COHEN, Stephen. *Rethinking the Soviet Experience: Politics and History Since 1917*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

FOGLESONG, David S. *America's Secret War against Bolshevism: U.S. Intervention in the Russian Civil War, 1917-1920*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995.

MURPHY, Kevin. *Revolution and Counterrevolution: Class Struggle in a Moscow Metal Factory*. Berghahn Books, 2005.

RABINOWITCH, Alexander. *The Bolsheviks Come to Power: The Revolution of 1917 in Petrograd*. Nova York: Norton, 1976.

SLEZKINE, Yuri. *The Jewish Century*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *The House of Government*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2017.

**Laval, Christian. "A escola não é uma empresa".**

**O neoliberalismo em  
ataque ao ensino público.  
São Paulo: Boitempo, 2019.**

**Rodrigo Santaella Gonçalves<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela USP e professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE).

**N**a dinâmica altamente veloz do capitalismo contemporâneo, não se pode dizer que “A Escola Não é uma Empresa”, publicado pela primeira vez em 2003 na França, seja um livro novo. Entretanto, a temática da obra – e seus instrumentos de análise – segue sendo muito relevante no Brasil, e por isso a segunda edição brasileira, lançada em 2019 pela Boitempo, vem em boa hora. O livro traz uma análise de como os ditames ideológicos e econômicos do neoliberalismo começavam a influenciar decisivamente o sistema escolar francês (inclusive o sistema público) no início do século XXI, e sobretudo das tendências perigosas que se desenhavam naquele momento. Para Laval, o neoliberalismo traz consigo um projeto de anulação das tendências igualitárias da educação republicana.

O sociólogo francês Christian Laval era mais conhecido, no início dos anos 2000, por seus trabalhos relacionados à história do pensamento liberal norte-americano. Entretanto, a partir dos trabalhos publicados ao lado do filósofo francês Pierre Dardot<sup>2</sup>, Laval passou a ser uma referência para pensar criti-

---

<sup>2</sup> Dardot e Laval publicaram três livros de análise mais profunda sobre o

camente o neoliberalismo como uma “nova razão do mundo”. Como o próprio autor afirma no prefácio à segunda edição brasileira (p.9), ele não tinha todos os instrumentos teóricos que posteriormente seriam desenvolvidos nos trabalhos feitos com Dardot para a análise do neoliberalismo, mas as teses sobre o neoliberalismo escolar presentes na obra se sustentam.

O livro é organizado em três partes. A primeira, intitulada *A produção de “capital humano” a serviço da empresa*, o autor busca demonstrar como o projeto neoliberal de escola consiste em modelar a formação dos estudantes a partir das demandas do mercado. Para isso, trata do papel de organizações internacionais de fomento, sobretudo a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e demonstra os riscos de uma educação organizada simplesmente a partir dos ditames do mercado:

O perigo de obedecermos à lógica do rendimento e das competências que as empresas querem nos impor é muito grande, porque estamos vivendo sob um capitalismo cada vez mais instável, no qual não só os ciclos econômicos, mas também os ciclos de emprego e as “ondas tecnológicas determinam flutuações na demanda de “competências” difíceis de prever (LAVAL, 2019, p. 105).

Na segunda parte, *A escola sob o dogma do mercado*, discute-se a privatização do sistema educacional francês, especialmente baseada nas ideias de que os pais têm o direito de escolher as escolas e os caminhos pedagógicos que serão seguidos por seus filhos, por um lado, e no conhecido discurso da ineficácia dos serviços públicos, por outro. A análise desemboca na ideia –

---

neoliberalismo e possíveis perspectivas alternativas nos últimos anos, são eles: *A Nova Razão do Mundo* (2016), publicado em 2009 na França e em 2016 no Brasil; *Comum* (2017), publicado em 2014 na França e em 2017 no Brasil, e *Ce cauchemar qui n’em finit pas* (2016), publicado em 2016 na França e na Espanha, e ainda sem publicação no Brasil.



bastante conhecida pela literatura crítica sobre educação no Brasil – de que o modelo neoliberal que vinha sendo implementado na França tendia a acentuar e sobretudo a perpetuar desigualdades importantes. A lógica do “Estado educador” seria substituída pela do “serviço privado oferecido a um cliente”, o que faz com que a qualidade do ensino passe a depender cada vez mais das características sociais dos alunos, o que contribui com o crescimento das desigualdades e com o enfraquecimento da atuação institucional de combate a elas (p. 188).

Por fim, a última parte do livro é dedicada à discussão sobre *Poder e Gestão na escola neoliberal*, e debate especialmente as ideias de “modernização escolar” provenientes do neoliberalismo. Esse aspecto do projeto neoliberal de escola é, para Laval, um ponto fulcral, na medida em que desperta confusão inclusive em setores progressistas do campo pedagógico. Alguns educadores e sociólogos da educação na França, especialmente mais conectados com a burocracia estatal, teriam comprado a ideia de que a modernização era necessária e que as reações a esse processo tinham marcas conservadoras. Contrapondo-se a isso, o autor busca demonstrar que uma série de características ‘modernizadoras’ desde a gestão escolar – na qual o professor passa a ter um papel cada vez mais de mero administrador – até a própria concepção de educação, nada mais são do que a adequação da escola aos ditames do mercado, acompanhada da precarização do trabalho dos educadores. Numa concepção em que a educação aparece como uma mercadoria, um bem privado a ser consumido por famílias, a ideia da “criança-rei”, da gestão descentralizada, do pedagogo não diretivo, e toda uma gama de transformações lexicais e de eufemismos emergem como organizadores de uma ideia de escola como espaço privado e feito sob medida para consumidores de diferentes perfis.

O livro não se propõe a formular um programa para a escola ou para a educação, mas sim a fazer um diagnóstico preciso da situação da educação da França naquele momento e de suas principais tendências. Seu principal mérito, no entanto, é o de

perceber como a educação de forma mais geral e a organização escolar de forma mais específica se inserem em um contexto mais amplo de transformações e crises do capitalismo.

(...) a globalização econômica desestabiliza o antigo sistema político e normativo no qual a escola ocupava um lugar central, especialmente na França. O valor emancipador da cultura e a formação do cidadão ativo eram a perspectiva e a meta da instituição escolar. O que valem essas referências, se a grande narrativa da cidadania está desmoronando na sociedade de mercado? Os conflitos que estão em jogo na escola são apenas uma parcela de uma crise mais geral da política e da cidadania no capitalismo global (LAVAL, 2019, p. 300).

Nessa reflexão se encontram os principais potenciais reflexivos da obra para pensar a contemporaneidade, que justificam sua republicação no Brasil neste ano. Depois de escrito o livro, muito aconteceu, e as contradições e instabilidades do capitalismo global se acentuaram bastante com o advento da crise de 2007/2008. Nesse novo cenário, o neoliberalismo – que parecia entrar em crise em alguns lugares – ganhou roupagens ainda mais radicais. No Brasil, onde “o valor emancipador da cultura” e a “formação do cidadão ativo” nunca foram as marcas principais do nosso sistema educacional, o advento e a chegada ao poder em 2019 de um projeto ultraliberal que busca transformar toda a estrutura estatal – inclusive e com foco especial a educação – torna a discussão sobre os impactos de uma privatização total e de uma ideologia neoliberal na organização escolar atualíssima. É nesse cenário que a análise de Laval sobre a França do início do século dialoga – se cotejada com as produções nacionais sobre educação – com a situação brasileira de forma profícua.

Além disso, do ponto de vista mais geral, embora *A escola não é uma empresa* tenha sido elaborado antes dos três livros de reflexão mais ampla sobre o neoliberalismo e as potenciais alternativas a ele, a obra pode perfeitamente se encaixar num esquema mais geral de interpretação proposto pelas obras pos-

teriores. Se o neoliberalismo se apresenta – mais do que como um sistema econômico com fortes implicações sociais e políticas – como uma nova razão de mundo, seguramente a escola cumpre um papel importante na construção e na reprodução dessa razão neoliberal. Nesse sentido, a nova edição do livro também permite olhar para ele a partir do que foi produzido e pensado por Christian Laval (junto com Pierre Dardot) nos anos seguintes, e sem dúvida isso torna a leitura ainda mais rica. Compreender a escola como um dos instrumentos de criação e reprodução do neoliberalismo em todos os seus aspectos não é uma novidade, mas continua sendo uma necessidade: para essa tarefa, o livro de Laval segue sendo uma ferramenta importante, mesmo dezesseis anos depois de sua primeira publicação.

## Referências bibliográficas

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016;

\_\_\_\_\_. *Comum*. Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017;

\_\_\_\_\_. *Ce cauchemar qui n'è m finit pas*. Paris: Éditions La Découverte, 2016.









Projeto gráfico  
por **sobinfluencia.**

[sobinfluencia.com](http://sobinfluencia.com)  
[@sobinfluencia](https://www.instagram.com/sobinfluencia)